

ATAQUES À UNIVERSIDADE PÚBLICA E À QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

INTRODUÇÃO

A universidade pública surgiu no Brasil ainda no século XIX, quando Dom João, então Príncipe Regente do Império Português criou, em 1808 a Faculdade de Cirurgia e Anatomia em Salvador (hoje Faculdade de Medicina da UFBA) e de Anatomia e Cirurgia do Rio de Janeiro (hoje Faculdade de Medicina da UFRJ) Faculdades de Medicina no Rio de Janeiro e em Salvador. No final do século XIX existiam somente 10 mil estudantes universitários no país, distribuídos por 24 faculdades. Nas primeiras trinta décadas do século XX, houve o primeiro pico de industrialização do país, o que leva a uma urbanização crescente e uma aumento da demanda por universidades; assim, 133 instituições de ensino superior surgem no país até a década de trinta, sendo que a universidade que mais se aproxima daquilo que hoje indicamos com esse termo surge no país em 1934, quando o então Governador do Estado de São Paulo, Armando Salles de Oliveira, criou aquela que seria o modelo para as demais universidades do país: a USP, Universidade de São Paulo. Nessa época, São Paulo crescia econômica e populacionalmente a um ritmo alucinado, com a chegada de levas de migrantes (que fugiam das secas nordestinas) e imigrantes (que fugiam das guerras, das crises econômicas e da saturação no mercado de trabalho europeu e japonês) atraídos pela industrialização crescente e pelas oportunidades que dela advêm; São Paulo mais que “vintuplicou” sua população em pouco mais de cinquenta anos. Com isso, formava-se uma burguesia industrial e financeira, que, hoje, vemos qual estatura mundial alcançou. Mas, dado a estrutura social que intrínseca ao capitalismo, a riqueza gera pobreza; quanto mais rico o lugar, também é mais pobre; a contrapartida dos novos ricos tupiniquins, foi a intensificação do número dos velhos pobres em nossa sociedade. A universidade não foi criada para atender os pobres, o que é evidente; mas, ainda muito mais elitizada do que é hoje, a universidade formava os filhos dos ricos para que estes bem pudessem comandar e explorar com mais desenvoltura os pobres.

Criou-se então, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), pólo que agregou os Insitutos e Faculdades que já existiam isoladamente em São Paulo, como a Faculdade Politécnica (1903) e a Faculdade de Direito (1827). A FFLCH desdobrou-se com o tempo em uma série de outras faculdades, sendo sua criação considerada a data de fundação da USP. Para termos uma idéia da elitização da USP quando da sua criação, boa parte das aulas na FFLCH eram dadas em francês, pois os professores da missão que fundou a USP eram, sobretudo, franceses! A USP foi criada interligando e tomando como indissociáveis o ensino, a pesquisa e a extensão; ou seja, não basta que a universidade ensine o já conhecido, ela deve pesquisar novos conhecimentos; não é suficiente que ela guarde o saber nas bibliotecas, mas devendo os estender à toda a sociedade como contrapartida dos altos custos de manutenção de uma universidade.

Quase cem anos se passaram da vinda da missão francesa que fundou a USP, e o cenário se alterou um pouquinho. A universidade permanece elitizada, mas agora essa elite é um pouco maior, pois envolve não só os muito ricos, como os quase ricos, os que-se-acham-ricos, os pouco ricos e os quase pobres. Ou, em outros termos, a classe média agora tem seus filhos na universidade. Há uma pressão contínua dos setores mais pobres, mais explorados e mais excluídos da população para adentrar a universidade, seja ela pública ou privada; doutro lado, há uma pressão contínua das empresas por mão-de-obra especializada de alto nível. Para responder essa dupla demanda, os governos tomam uma serie de medidas para aumentar o número de vagas na universidade pública, mas de maneira a destruir a qualidade de ensino, pois a criação de novas vagas não vem acompanhada do aumento de verbas, da complementação orçamentária. A década de 90 viu, e a década atual continua a ver, um aumento massivo das universidades privadas; os grandes grupos empresariais da educação, nacionais ou estrangeiros, se expandem em todos os estados, enquanto pequenas faculdades também pipocam, muitas vezes com apenas um curso a oferecer; a política e a legislação neoliberal dos anos de presidência de FHC (1995-2002), ofereceram uma série de oportunidades para a criação de universidades, faculdades, centros universitários e cursos privados, contrariando, assim, a constituição de 88, onde a educação aparece como dever do estado e direito de toda a população. Lulla, por sua vez, não deixa de estimular as universidades privadas por meio de programas de repasse de verbas públicas, como o FIES, que financia mensalidades, e o PROUNI, que oferece abatimento fiscal. Geralmente, os cursos em universidades privadas são de péssima qualidade, pois trata-se de uma empresa que deve gerar, antes de qualquer coisa e como qualquer empresa, lucro para os seus donos; a qualidade do “produto” educação é entrave para o lucro, pois pressupõe investimentos, bons salários, boa infraestrutura.

Mas a onda expansionista e precarizadora nas universidades públicas e a onda expansionista e precarizadora nas universidades particulares que estávamos a ver até 2007 não saciou os políticos do país. Lacaio como são dos grupos empresariais, dos donos de industrias, dos capitalistas internacionais e dos banqueiros, a mais nova ameaça chama-se Ensino à Distância – EaD. Com isso, esperam aumentar o acesso ao ensino superior como nunca havia se visto no Brasil e, quem sabe, até mesmo no mundo. Poderíamos comemorar essa ampliação se, junto com o aumento de vagas, viesse um aumento de verbas correspondente, que estivesse à altura da expansão; mas o que estamos a dizer? O EaD quase não necessita de recursos e investimentos: é justamente por isso que os políticos estão enamorados desta tecnologia; assim, podem, de um lado afagar os empresários e deixá-los tranquilizados, pois sua mão-de-obra especializada e de baixo custo será formada; de outro, podem pigarrear, engrossar a voz e dizer para a população mais pobre: “nós nos preocupamos com vocês, agora seus filhos estão nas universidades” — somente eles não dizem que precarização, que descasso e que hipocrisia por trás das vagas, de seus programas massificadores e de seus discursos. Os objetivos escusos que estão por trás dessa investida, são tanto dos políticos (que estão a pensar em nas eleições de 2010 e nas estatísticas de qualidade de vida), quanto dos burocratas acadêmicos (de olho no mísero repasse de verbas e no

aumento de seu próprio poder) e, muito mais ainda, dos empresários que buscam mão-de-obra qualificada e barata, o que é possibilitado com grande número de trabalhadores à disposição e a flexibilização das leis trabalhistas, que eles levam a cabo por outros meios não menos abjetos.

A universidade pública necessita de mudanças urgentes. Seu sistema de gestão concentra as decisões na mão dos burocratas acadêmicos e, embora diga-se democrática, a universidade exclui de suas eleições e de seus espaços decisórios a maior parte de seus membros, sejam estudantes ou funcionários, sub ou não representados nos órgãos colegiados. As pesquisas, quando não extremamente academicistas, completamente empresariais. A extensão, quando ocorre, é fraca, das pernas bambas, sendo raros os casos de extensão de qualidade. Falta verbas, professores, funcionários e laboratórios. A universidade pública necessita de mudanças urgentes — e até mesmo a burocracia acadêmica e os governos tantos concordam e estão a propor mudanças profundas na universidade: EaD, UNIVESP, PDI, Decretos SERRA, PROUNI, REUNI, etc. Os estudantes acham que estas mudanças são danosas à universidade pública e a qualidade da educação: são “ataques”, mais exatamente falando; além do que, não são mudanças de fato, se com isto entendermos uma transformação completa de fundamentos, de ação, de gestão e de organização da universidade; são falsas mudanças na medida em que somente escancaram a prostituição da coisa pública para os empresários, para as elites, e enganam, mais e outra vez, os mais pobres. O objetivo deste texto é simples: expor a natureza, as origens e o que se esconde por trás dos ataques à universidade pública e a qualidade da educação.

A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA EM NÚMEROS

Para que os ataques à qualidade da educação possam ser bem entendidos, faz-se necessário um conhecimento um pouco maior da realidade e do tamanho das universidades brasileiras. Por isso, faremos recurso a estatísticas e números, salpicadas com algum argumento histórico e muitos argumentos políticos. Embora possam impressionar, não podemos ser levados pelos números, porque eles não expressam a realidade das condições de aprendizagem e das lutas locais; não dizem quais os interesses que buscam se esconder ou as particularidades absurdas de um curso ou de uma universidade. Além disso, os políticos profissionais e os demagogos adoram os números, justamente porque, por meio deles, fazem mágicas, mostrando a realidade de um modo que ela não é, ou seja, os números enganam; a burocracia acadêmica, os capitalistas, os políticos profissionais e os estadistas adoram os números graças a essa sua característica ilusória; é como o “estupra, mas não mata” de Maluf, quer dizer, mantenham a realidade como é, mas deixem-me falseá-la com os números. Assim, todas as vezes que citarmos números, o faremos enquanto subsídio para entender a realidade, mas não confundi-los-emos com a própria realidade.

O Brasil, com uma população de 200 milhões de habitantes, soma 4,5 milhões de estudantes no ensino superior, o que quer dizer, em termos relativos, que 2% da população brasileira tem acesso ao ensino superior, um número alarmante, pois indica a

disparidade social no país e o quanto o ensino superior ainda é elitizado, “para poucos”. 11% da população jovem (entre 18 e 24 anos) tem acesso ao ensino superior, sendo que 80% das universidades e faculdades do país são particulares. Exatamente, existem 176 universidades no país; 90 dessas universidades públicas, sendo que, dentre elas, 52 são universidades federais, 33 são estaduais, e 5 são municipais. Há um total de 1.192.189 estudantes em universidades públicas, 3.260.967 em universidades particulares, totalizando, com exatidão, 4.453.156 estudantes de nível superior no país, sendo que, a cada ano, 1.700.000 estudantes adentram esse nível de instrução, na graduação na modalidade presencial. O Sistema Federal de Educação Superior conta com mais de 90 *campi* diferentes de 52 universidades, oferecendo 125 mil vagas anualmente, com, aproximadamente, 400 mil vagas no total. Quanto a Pós-graduação, somam-se 124.000 estudantes de mestrado e doutorado no país; 93% dos programas de pós-graduação estão concentrados em universidades públicas, que aglutina, por outro lado, 97% da produção científica do país; além disso, o Brasil sozinho, é responsável por 1,92% da produção científica mundial.

O Estado de São Paulo, cuja a população estimada é superior a 40 milhões de habitantes, sendo que pouco menos da metade vive na Grande São Paulo, conta atualmente com três universidades públicas, USP, UNESP e UNICAMP, que juntas são responsáveis por mais de 50% da produção científica de todo o país, ou seja, quase 1% da produção científica mundial tem origem nas Três Públicas Paulistas! O orçamento das Três Universidades não varia de acordo com a mudança de governos, pois cabe a cada uma das universidades uma cota-parte no principal imposto estadual que é o ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços), que, somados os percentuais das Três, equivale a 9, 57% do total. Além disso, as universidades paulistas contam com autonomia didático-financeira, isto é, elas decidem aonde investir seu orçamento, quais conteúdos ensinar e quais objetos pesquisar, aos menos em tese, em lei, formalmente. O Sistema Paulista de Ensino Superior soma, aproximadamente, 155 mil vagas no total, oferecendo, a cada ano, quase 22 mil vagas. Ao contrário do que dizem as burocracias e os governos, se hoje as universidades possuem essa grandeza e esse porte não se deve a bondade ou amor dos políticos pela ciência, mas as fortes lutas e mobilizações dos professores, funcionários e estudantes, que, por meio de greves, ocupações, gigantescas manifestações de rua, paralizações e enfrentamentos com a polícia e com os políticos, conquistaram a autonomia didático-financeira e conseguiram garantir o direcionamento da cota-parte para as universidades.

A UNESP, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, foi criada em 1976, em plena Ditadura Militar, por meio da fusão de diversos institutos e faculdades espalhados por todos o interior do estado, que foram criados, sobretudo, nas décadas de 50 e 60. A UNESP somava em 2008, exatamente, 46.456 alunos, sendo 34.425 alunos de graduação e 12.031 estudantes de mestrado e doutorado; são 3.354 mil professores e 6.984 funcionários. Conta com 32 unidades, espalhadas por todo estado (interior, litoral e capital), oferecendo 168 cursos de graduação e 191 cursos de pós-graduação (mestrado acadêmico, mestrado profissionalizante e doutorado). A UNESP é

considerada, por alguns *rankings* internacionais, uma das quinhentas melhores universidades do mundo.

A UNICAMP, Universidade Estadual de *Campinas*, foi fundada em 1966, quando São Paulo era governada pelo arenista Sodré. Em 2007 foi considerada uma das 200 melhores universidades do mundo pelo jornal inglês *The Times* em 2008. A universidade reúne 20 unidades de ensino e pesquisa, que oferecem quase 29 mil vagas. Em 2008 a UNICAMP fez uma expansão de 17% de suas vagas, com a criação de um novo campus em Limeira, que se somou aos outros dois em *Campinas* e Piracicaba. São 1800 professores, 65 cursos de graduação, 135 cursos de pós-graduação, 10% pós-graduação do país, correspondentes a 15% das pesquisas científicas realizadas no país.

A USP, Universidade de São Paulo, é a maior universidade pública do país, além de ser a matriz de todas as outras universidades brasileiras, que espelharam-se em seu modelo. A USP é considerada uma das melhores e mais importantes universidades do mundo, estando entre as duzentas melhores, de acordo com os rankings internacionais mais importantes, e é considerada a melhor da América Latina. Com oito *campi* (dois em São Paulo e um em Ribeirão Preto, Bauru, Lorena, São Carlos, Piracicaba e Pirassununga), 46 unidades de ensino, quatro museus, quatro hospitais, diversas bases científicas, a USP foi criada em 1934 quando constituiu-se a FFLCH, cujo objetivo era coordenar o conhecimento científico produzido pelas faculdades já existentes. São 51.980 alunos de graduação, 24.836 alunos de pós-graduação (76.816 alunos) e 222 cursos de graduação oferecidos, por mais de 5.500 professores e 15.300 funcionários. Sozinha a USP é responsável por 26% da produção científica brasileira.

Há um contexto nacional de reformas universitárias que teve seu início em 2003 com o projeto de Reforma Universitária do Governo federal, que até hoje arrasta-se no Congresso, estando em sua sexta versão; em 2005, esse projeto deu seu primeiro fruto com PROUNI do Governo Federal. Em 2007, o Governo de São Paulo edita sua pequena reforma universitária, sob o nome de Decretos SERRA; ainda em 2007, o Governo Federal lançou o REUNI; e, por fim, 2007 viu também, o projeto do Redesenho Institucional na PUC-SP (que atravessa grave crise), que, ainda que não uma universidade pública, é uma das universidades mais efervescentes e tradicionais do país, e sua estatização é bandeira histórica do M.E. paulista. O ano de 2008 viu mais dois ataques; a Secretaria de Ensino Superior do Estado de São Paulo cria o programa UNIVESP- Universidade Virtual do Estado de São Paulo; na UNESP o Reitor Macari lança o Plano de Desenvolvimento Institucional, PDI. Em linhas gerais, todos esses programas, planos e propostas visam algumas coisas: desmontar a universidade pública no país assentada sobre a indissociabilidade do tripé ensino-pesquisa-extensão; dividir as universidades em dois tipos, “centros de excelência”, que pesquisarão, e “escolões”, que formarão mão-de-obra qualificada; flexibilizar os currículos e a formação; fomentar a pesquisa voltada para as empresas; formar rapidamente mão-de-obra especializada e barata para o ultrajante Mercado; transferir verba pública para as empresas, seja indiretamente, por meio do financiamento de pesquisas e da formação de mão-de-obra,

seja diretamente, como faz o Governo Federal, através da isenção de impostos para as Universidades Privadas, que é o caso do REUNI e do FIES.

Nem só de ataques vive a universidade, no entanto. Os estudantes buscam se organizar para revidar a onda reformista, seja através de passeatas, greves e planfletagens, ou ainda, no máximo de radicalização que o movimento pode chegar internamente: as ocupações de reitorias, diretorias e prédios de aula. Em 2007, uma onda de ocupações varreu o país tanto contra as reformas universitárias federais e estaduais, quanto contra o abuso no preço das mensalidades ou a ameaça de fechamento de cursos nas universidades privadas. Na maior parte das vezes, no entanto, o movimento ou fracassou ou foi vitoriosos em termos, em decorrência tanto da falta de força, unidade e organização interna, seja pela traição e o peleguismo de muitos estudantes, organizações e partidos, ou, ainda, e não menos raramente, pelo uso da força policial por parte dos governos, do terrorismo midiático, da mentira elevada a escala nacional, das tramóias dos grandes interesses mancomunados com os governadores, prefeitos, presidentes, reitores e jornalistas.

Dissemos que a reforma universitária é uma tendência nacional, e, para retificarmos-nos, devemos dizer que se trata de tendência mundial, no mundo onde os capitais e as economias tornam-se mais e mais interdependentes. Desde antes de 2005 vemos uma reascensão do movimento estudantil em escala global, contra ataques que também são globais. No contexto atual de esgotamento sistêmico do capitalismo neoliberal (cuja crise financeira internacional é um dos sinais mais consistentes), os patrões e os ricos precisam de todo modo garantir seus lucros; assim, buscam atacar os direitos e as conquistas históricas da população; logo, a educação de qualidade assoma como gasto extra, excessivo, passível de corte. Mas a sociedade é dinâmica, e poucos pensam em pagar a conta da crise que os próprios ricos e banqueiros criaram com sua especulação mesquinha e não-produtiva. Na França em 2005, 2006 e 2007 vimos os estudantes organizados contra as reformas universitárias (a chamada nova legislação universitária — LRU) e as leis de flexibilização trabalhista (a Lei do Contrato do Primeiro Emprego — CPE). No Chile em 2006, os secundaristas e universitários saíram às ruas por mudanças no desigual modelo educacional do país herdado da ditadura do Hitler latino-americano, Pinochet, e pedindo o fim do vestibular. Na Itália, ainda há poucos meses, manifestações massivas, sob o slogan “*não pagaremos a crise*”, se davam contra a reforma educacional do governo neo-fascista do Roberto Marinho carcamano, Silvio *Benito* Berlusconi, chamada de “Decreto Gelmini” que levará a cortes nas verbas da educação e a demissão de quase 90 mil professores e 45 mil trabalhadores da educação. Na Alemanha, também em 2008, amplas manifestações estudantis de rua proclamavam que “*o capitalismo é a crise*”, contra as reformas educacionais, ocorrendo, inclusive o cercamento do parlamento provincial (o que nós chamamos de assembleia legislativa) em Hannover. Ainda em 2008, na Espanha uma série de manifestações estudantis contra a precarização das condições de ensino, contra a flexibilização de leis trabalhistas e contra o “processo de Bolonha”, ditado pela dupla FMI-Banco Mundial, que dá novas diretrizes educacionais para o chamado “mundo globalizado”. Até mesmo nos EUA os estudantes ocuparam a New York University em

solidariedade ao forte movimento de rua grego, contra reformas internas a universidade, e contra os efeitos da crise geradas pelos banqueiros na vida das pessoas.

Dissemos de alguns exemplos. No entanto, o lugar onde a luta tornou-se mais forte e mais socialmente visível nos últimos anos foi na Grécia. Do mesmo modo, estudantes, secundaristas e universitários, revoltados contra o nível de vida, as reformas flexibilizadoras da legislação trabalhista, as reformas universitárias, a violência policial (o terror de estado), o capitalismo e a perspectiva de piora do nível de vida e aumento da exploração capitalista, vem se organizando massivamente há alguns anos. Em 06 dezembro de 2008, a polícia grega assassinou o companheiros anarquista Alexandros Andreas Grigoropoulos, estudante secundarista de 15 anos. Foi o estopim para uma onda de enfileiramentos que já dura mais de um mês. Universidades foram ocupadas pelos estudantes, e o movimento se espalhou pelo país, com entusiásticas manifestações de apoio em todo o mundo. O fato do movimento grego ter adquirido tal força se deve a aliança que os estudantes e os trabalhadores estabeleceram na prática, na luta, com a ambigüidade de que os problemas de uns e outros tem a mesma origem: a dominação dos ricos, o capitalismo. Essa solidariedade se expressa nas manifestações de rua, nos enfileiramentos com a polícia, como, por exemplo, quando a polícia grega investiu contra uma ocupação operária do prédio da maior central sindical grega e os trabalhadores, apoiados por ampla mobilização anarco-estudantil, rechaçaram a ofensiva do aparato repressor do estado. Os slogans e as palavras de ordem do movimento indicam o nível de organização, de disposição para a luta e de revolta contra a organização social: *"Balas para os estudantes, dinheiro para os banqueiros"* ou *"Não temos emprego, não temos dinheiro, o Estado está na bancarrota por causa da crise, e a única resposta que temos é a que dão mais armas a polícia"* ou *"O fetichismo do dinheiro tem se apropriado da sociedade"* ou *"O que querem os jovens é uma ruptura com esta sociedade sem alma e sem perspectiva"* ou *"Deixe de ver a televisão! Todo mundo às ruas"* ou, ainda, *"O Estado assassina. Vosso silêncio o arma! Ocupação de todos os edifícios públicos!"*. Assim como no Maio de 68 francês os estudantes levaram a cabo uma aliança política com os trabalhadores e sacudiram as bases da sociedade francesa determinando o horizonte político dos nossos dias, que, de fato, hoje mostra-se mais do que nunca; também os estudantes gregos levam a cabo tal aliança e mostram aos capitalistas internacionais como a história não acabou, pelo contrário, que ela mal e mal começou. Aqueles estudantes que buscam a mudança das condições de ensino, e que querem levar até o fim sua luta, devem estar bem claros que o motivo último da precarização do ensino é a dominação da sociedade pelos banqueiros, industriais e pelos donos das grandes mídias; para vencer essa coalização capitalista somente outra coalização: a dos estudantes com os trabalhadores urbanos e com o campesinato radical. Fora disto, os estudantes sempre combaterão os efeitos, as consequências e nunca as raízes e os motivos efetivos dos problemas.

Acabamos de expor um quadro geral da universidade pública do país, seja ele político seja estatístico. Cabe agora detalhar. Assim, analisaremos o governo Lulla e sua Reforma Universitária (PROUNI e REUNI), o ENADE, bem como o o Governo SERRA e os famosos Decretos SERRA, a Universidade Virtual do Estado de São Paulo

— UNIVESP e o o não menos infame PDI. Uma última e não menos importante, coisa: todos os dados utilizados foram retirados da INTERNET: dos sites do MEC, do Instituto Anísio Teixeira, da Secretaria de Ensino Superior e da Secretária de Educação de São Paulo, da UNESP, USP e UNICAMP; todos são, portanto, de domínio público.

OS ATAQUES ÀS UNIVERSIDADES FEDERAIS

PROUNI — PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

O PROUNI — Programa Universidade Para Todos, foi criado através da Lei Federal número 11.096 de 13 de janeiro de 2005. Visa este programa aumentar o acesso de estudantes de escolas públicas ou bolsistas integrais em escolas particulares, provenientes de famílias de baixa renda (até 3 salários mínimos *per capita*) ao ensino superior, por meio da oferta de bolsas privadas em universidades particulares, tenham elas fins lucrativos ou não. As bolsas podem ser integrais, de 50% ou, ainda, de 25% do valor total da mensalidade. As universidades privadas que aderirem ao programa abatem o valor das bolsas oferecidas dos impostos que deveriam pagar ao Governo Federal, sendo eles os seguintes: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Contribuição para o PIS/Pasep, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). As bolsas devem ser oferecidas numa proporção que varia de, no mínimo, 1 bolsa para cada 9 estudantes regulares e pagantes até 1 bolsa para cada 22,5 estudantes regulares e pagantes; ou, em termos gerais, as universidades particulares que aderirem ao PROUNI devem reservar 10% de suas vagas em bolsas para o programa; deve-se observar ainda as cotas para negros, pardos, indígenas e deficientes, que variam de região para região de acordo com os dados do IBGE. No primeiro semestre de 2009 serão oferecidas 156.416 bolsas, sendo 95.694 bolsas integrais e 60.722 bolsas parciais (de 50% ou 25%); somente no estado de São Paulo o total de bolsas chega a 63.846. O Governo Federal oferece ainda as chamada bolsa-permanência, isto é, auxílio financeiro para que o estudante possa se dedicar aos estudos; em 2007 foram 86 bolsas-permanência, cada uma de R\$ 300 reais. A pré-seleção dos estudantes bolsistas é feita por meio das notas obtidas no ENEM; a seleção dos pré-selecionados é feita por cada universidade. Até 2008, foram oferecidas mais de 430 mil vagas no ensino superior privado, sendo que a maioria das bolsas, 70%, são integrais. Somadas as bolsas que serão oferecidas no 1º semestre de 2009, o PROUNI terá oferecido 586.416 bolsas no ensino superior privado; se mantidas as estatísticas, 410,5 mil dessas bolsas serão integrais, isto é, 70% do total.

Estes são os números; resta-nos ver qual o aspecto político do PROUNI. O que ocorre é que as universidades particulares estavam (e estão) em crise, decorrida tanto da expansão desenfreada do setor nos anos da presidência de FHC, como pelo fato do alto custo das mensalidades contrastantes com a baixa renda da população brasileira, fato que é reconhecido pelo próprio atual Ministro da Educação, Fernando Haddad. Esta crise refletia-se nas Particulares no alto número de vagas ociosas, vagas vazias, que não dão lucro aos capitalistas da educação pois não há quem as ocupe. Lulla, ao criar o PROUNI, permitiu com que os capitalistas obtivessem duplo lucro: lucro, pois estariam a receber que pelo que não receberiam, ou seja, pelas vagas ociosas que de todo modo seriam mantidas pelas Particulares; e lucro porque o dinheiro dos impostos que eles deixaram de pagar, serviu para lhes ajudar a superar sua crise ou para engordar-lhes a renda. O Governo Federal lullo-petista lucra também, mas politicamente, pois, 586.416 eleitores a mais, sem contar as famílias e os amigos destes estudantes. Assim como o

Bolsa-família transfere renda a famílias pobres, o PROUNI transfere renda aos ricos donos de universidades, por meio do não-pagamento de impostos; em 2005 o PROUNI representou a renúncia fiscal de R\$ 107 milhões; em 2006 esse número quase triplicou, porque o Governo Federal deixou de arrecadar mais de 264,6 milhões de reais. No site do MEC não existem nem os dados de 2007 nem de 2008.

O orçamento anual da UNESP é de 1 bilhão, aproximadamente; a UNESP tem, no entanto, 46 mil alunos. Lulla gerou 586 mil vagas com quase a metade do orçamento da UNESP. A primeira vista, um ótimo resultado. No entanto, todos os alunos da UNESP tem acesso (ainda que virtualmente e ao menos por enquanto) ao ensino, a pesquisa e a extensão, a infra-estrutura, a professores doutores ou doutorandos, a organização política; não que a UNESP seja o *eldorado* universitário, bem ao contrário; é que as Particulares tem um nível tão baixo que pouca coisa assoma como muita. Nas Particulares pesquisa e extensão nem sempre — quase nunca — acontecem; o grande filão delas é o ensino, porque pesquisa e extensão são muito caros, implicariam diminuição de lucros, o que nenhuma empresa, bem dito, NENHUMA e EMPRESA, pode dar-se a fazer; antes de ser uma escola, uma Particular é uma empresa, que precisa gerar lucros ou entra em falência. Há até mesmo uma questão técnica envolvida; para as classificações do MEC toda universidade deve, como pré-requisito para ser considerada universidade, manter programas de pesquisa e programas de extensão, observadas uma determinada percentagem mínima do orçamento; o governo de FHC chegou a criar um nova categoria, “Centro Universitário”, que diminui o percentual orçamentário exigido para aplicações em pesquisa e extensão, visando aumentar os lucros dos empresários da educação, enquanto eles continuam a poder manter o nome “universitário” em suas marcas. Esta exigência de investimento não existe para as “faculdades”, que podem dedicar-se tão somente ao ensino. As vagas que o PROUNI oferece são precarizadas, portanto. O PROUNI, no entanto, não é o único programa de transferência de recursos públicos para instituições particulares de ensino. O FIES, programa do governo federal que financia com dinheiro público mensalidades em universidades privadas, repassa bilhões de reais por ano aos capitalistas da educação; para termos uma idéia, em 2003 o Governo Federal destinou 600 milhões de reais as universidades federais sob a forma de suplementação orçamentária, enquanto que o FIES tomou 1,6 bilhões e reais da arrecadação federal, diferença de quase três vezes.

Enquanto o Governo Federal repassa, indiretamente, verbas públicas para universidades particulares, as universidades públicas sofrem pela falta de verbas. A Universidade Federal do Rio de Janeiro, que é considerada uma das melhores universidades públicas do país, tem prédios inteiros fechados por falta de manutenção. Some-se a isso a falta crônica de professores, funcionários, espaços para salas de aula, bibliotecas, laboratórios didáticos, laboratórios de pesquisa, moradias estudantis, programas de assistência estudantil, creches, restaurantes universitários, bolsas de estudo, etc... O descaso chega a tal ponto que, se não fossem autarquias públicas, mas empresas, muitas universidades federais já teriam falido, pois anos de orçamento suficiente sequer para cobrir as contas de manutenção da estrutura universitária já deficiente, geraram tal endividamento e tal desespero que mesmo a sempre-confiante burocracia universitária, por vezes, não sabe como proceder. No entanto, na hora de fazer propagandas, os reitores aparecem bem vestidos, e as universidades são mostradas impecáveis: arrumadas, arborizadas, novas, pintadas; mas eles não dizem que acabaram de arrumar e que depois tudo volta ao normal; não dizem que só mantem em ordem os

cursos que a elite ou as empresas requeiram com mais ênfase; não dizem que a pintura das paredes é de cal com corante!

Ainda que seja verdade que o PROUNI possibilita o acesso de famílias pobres a universidades, outras fontes, como a ANDIFES (Associação Nacional do Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), informam que os impostos que a União renunciou se aplicados nas Universidades Federais, rederiam quase o dobro de vagas; a ANDIFES havia elaborado um dossiê onde apontava como o PROUNI é muito mais custoso que rentoso, seja financeira seja em número de vagas para o estado brasileiro; mas a ANDIFES foi comprada pelo Governo Federal com os poucos reais destinados ao REUNI, suficiente para comprar o silêncio dos dirigentes das instituições federais, a potno de eles retirarem o dossiê de seu site. Se o custo financeiro é deficitário para o Governo Federal, os lucros políticos do PROUNI são muito maiores para o lullopetismo do que seriam se tais fundos fossem direcionados para as universidades públicas. Com o PROUNI uma série de lucros: lucro político-eleitoreiro do lullopetismo nas eleições, tanto é que o PT, nas últimas eleições para prefeitos e vereadores, cresceu 36%, de acordo com o órgão oficial do partido — foi o partido que mais cresceu dentre aqueles considerados grandes; lucro político com a bancada e com o *lobby* dos empresários, dos tubarões da educação, que são, por sinal, uma e um dos maiores do congresso; lucro garantido aos industriais, aos empresários e aos latifundiários, pois maior número de trabalhadores significa menores salários e abundância de mão-de-obra tecnicizada e especializada e altamente qualificada. São estes aqueles que lucram com o PROUNI. Aqueles que perdem, são todos os demais, ainda que pareça o contrário em um primeiro momento eao nível individual.

REUNI — PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Pela sigla REUNI indica-se o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, lançado pelo Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007. O REUNI visa oferecer meios financeiro s para alterações na estrutura das universidades federais observados alguns principios como ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas no período noturno; diversificação das modalidades de graduação preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada; ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica; flexibilização dos currículos; flexibilização da mobilidade estudantil entre os *campi*; revisão da estrutura acadêmica. As universidades devem aumentar o número de vagas oferecidas, buscando uma proporção estudantes-professor de 18-1, ou seja, dezoito estudantes para cada professor; na prática, isto significa salas de aulas mais cheias. Além disso, quer o governo que a taxa de conclusão de cursos aumente para 90% na graduação. As universidades que *escolherem* participar do programa, devem enviar um plano de reestruturação para o Governo Federal, que garantirá a dotação orçamentária necessária para o plano. Ora, no total, para 52 universidades federais e 93 *campi*, o governo pretende distribuir míseros 2 bilhões de reais, uma mixaria, se

pensarmos na fábula que o Governo Lulla garantiu aos banqueiros para livrar-lhes da crise que eles mesmos criaram.

Sejamos justos, no entanto: se as universidades públicas federais ainda passam por um situação grave, antes do Governo pseudo-esquedista de Lulla a situação era ainda pior. O dito *príncipe dos sociólogos* e ex-Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso e seu ex-ministro da educação e atual Deputado Federal por São Paulo, Paulo Renato, abriram as pernas da educação superior para as universidades privadas, desregulamentando e facilitando a abertura de novas universidades e faculdades, criando, além disso, a figura do centro universitário, que diminui as exigências de investimento em pesquisa que todas as universidades devem ter. Os longos anos tucanos engendraram uma queda sem precedentes na qualidade do ensino gerando, inclusive, um belo termo para designar as milhares de instituições privadas de ensino superior, sem nenhuma regulação ou controle de qualidade, que a política privatista dos tucanos pariu: UNI-ESQUINA. Não contente em privatizar o setor, os oito anos de tucanato deixaram uma grave crise na educação superior pública; dezenas de universidades federais sequer tinham dinheiro para manter as instalações básicas, como bibliotecas ou laboratórios; a expansão de vagas parou; verbas ou foram congeladas ou diminuíram; as contratações de funcionários e professores não ocorriam agravando ainda mais a falta crônica destes profissionais. Neste aspecto, a situação no governo Lulla melhorou, embora esteja ainda longe sequer de um patamar de normalidade institucional.

O lullo-petismo não faz minimamente o mínimo, e, no fundo e na aparência, sua política e a de FHC tem a mesma raiz. Para atermo-nos a nosso objeto neste texto, não falemos de toda a linha política de Lulla, tão-somente daquela diretamente vinculada ao ensino superior, seja público, seja privado ou, bem ao gosto neoliberal, misturando ambos. Se o REUNI destina verbas as universidades federais, por outro lado, Lulla mantém a mamata dos ricos donos das Particulares, que, agarrados nas tetas do estado por meio do PROUNI, se fartam e engordam suas contas bancárias. Tanto a raiz da política é a mesma, que o tucaníssimo governo SERRA, em São Paulo, tem um programa exatamente igual ao PROUNI, o Escola da Família; Lulla cria a Universidade Aberta do Brasil e SERRA cria a UNIVESP; Lulla faz a expansão de vagas por meio do REUNI sem a devida e proporcional alocação de verbas: a mesmissíma coisa que o ex-governador tucano de São Paulo, Geraldo Alckmin, fez com a UNESP e que SERRA faz hoje com a UNICAMP (que acaba de fazer uma expansão de 17% de vagas) e com a USP, que não para de criar cursos técnicos superiores e que abriu um curso de Direito no campus de Ribeirão Preto, dita capital do agronegócio, com ênfase em direito agroindustrial.

Se o REUNI traz um ou outro avanço — como a obrigatoriedade de cursos noturnos, ou o reconhecimento da assistência estudantil como questão institucional—, estes não justificam a graveza dos ataques. Quando se diz que se deve aumentar a relação estudante-professor dos atuais 12-1 para 18-1, em cinco anos, diz-se que os professores devem aumentar sua produtividade, isto é, produzir mais pela mesmo

salário; na prática isto gera uma sobrecarga dos professores: mais aulas para proferir e preparar, mais trabalhos e provas para corrigir, mais orientações para dar conta. Do lado dos estudantes, salas de aula mais cheias significam, quase que matematicamente, uma queda na qualidade de ensino; em boa parte das Privadas, por exemplo, uma das razões da baixa qualidade de ensino é que cada sala de aula é do tamanho de um anfiteatro, comportando mais de 100 alunos! Além disso, o Decreto do REUNI deixa claro que as tecnologias de ponta, ressaltando-se as da informação, devem ser pensadas como meio de expansão de vagas; de fato, o lullo-petismo criou até mesmo uma universidade pública federal dedicada somente ao ensino à distância, como a UNIVESP do Governo SERRA; seu nome, pomposo e emocionante, é Universidade Aberta do Brasil, UAB.

Hoje o Governo Federal faz propaganda do REUNI, com os reitores dando depoimentos de como é bom e bonito este programa, como todos concordaram com ele e como ele proporcionará melhorias as universidades federais. Ledo engano e muitas mentiras. Primeiro porque em 2007 a luta teve como principal motivo as reformas universitárias. Em âmbito federal, o Governo Lulla propôs o REUNI que nada mais é senão precarização do que já é precarizado. Os estudantes responderam com um movimento de ocupação de reitorias e diretorias que alcançou todos os estados do país: da Universidade Federal do Amazonas à Universidade Federal de Santa Maria no Rio Grande do Sul. Para conter a ira e a organização autônoma dos estudantes, o lullo-petismo contou com a tradicional máquina governista da UNE — os estudantes-polícias do movimento —, com a polícia de fato — bem armada e pronta para bater—, e com a burocracia acadêmica que adora posar de democrata, mas que se valeu de todas as estratégias e de todos os meios para colocar a mão nos ralos reais que o Governo Federal vai enviar à universidade. Houve até mesmo caso de reuniões de Conselhos Universitários que tiveram de ocorrer em Brasília para que REUNI fosse aprovado, pois, se ocorressem em suas respectivas universidades, o movimento estudantil não permitira a adesão ao REUNI — o cúmulo do autoritarismo que faz lembrar os mais negros dias da ditadura militar. Na UFBA alguns estudantes fizeram até greve de fome contra o REUNI, mas nada pôde dissuadir a burocracia acadêmica para sequer discutir o REUNI com os estudantes e funcionários: ele seria aprovado de toda e qualquer maneira. Além disso Lulla conta com algo que não tem preço: um dos maiores estados do mundo, com orçamento de 12ª maior economia, para poder enfiar goela abaixo suas reformas neoliberais — estado que, diga-se de passagem, sua políticas neoliberais visam esvaziar. Não nos deixemos enganar pelo histórico de luta do presidente: o Lullinha “paz e amor” de hoje não é o sindicalista e “companheiro” Lula de ontem, vinte anos atrás. É sintomático quanto ao REUNI que o Deputado Paulo Renato, ex-ministro da educação de FHC, o mesmo que levou a cabo a desregulamentação do setor da educação, proporcionando a explosão das Particulares, tenha “apreço” pelo REUNI. Se ele fosse presidente, faria o mesmo, porque a raiz da política é a mesma, conforme demonstramos: neoliberal.

Considerando que todas as universidades federais aderiram ao REUNI, as perspectivas de luta contra o programa são parcialmente nebulosas. Em 2007 o movimento de ocupações foi fortíssimo e atingiu todo o país, mas diversos problemas

contribuíram para a sua baixa efetividade, conforme indicamos. Fraquezas internas consumiram a luta estudantil: falta de uma unidade nacional, no planejamento, execução e aprofundamento das lutas; a UNE, que não só não constrói as lutas, como defende de todos os modos o governo lullo-petista sabotando o movimento— é que a UNE é controlada pela aliança PCdoB-PT-PMDB, partidos da base do governo; isolamento do movimento sobre si mesmo, trancado na distância dos *campi* universitários. Externamente, faltou apoio da população, consequência tanto do isolamento do movimento, conforme dito, como de um bombardeio constante da mídia burguesa contra o legítimo e combativo movimento de ocupações, acusando os estudantes de baderneiros e pregando que “estudante tem que estudar” — exatamente o que dizia o ex-ministro da educação dos generalíssimos Castelo Branco e Costa e Silva, Suplicy de Lacerda, no auge dos anos de chumbo da ditadura militar. Apesar disto tudo, ocupações não pararam: em 2008 a UNIFESP (Universidade Federal do Estado de São Paulo), a UFF (Universidade Federal Fluminense), a UFSJ (Universidade Federal de São João Del-Rey) e a UNIR (Universidade Federal de Rondônia) ocuparam suas reitorias contra o REUNI, além de pautas locais específicas. Particularmente na UNIR, a ocupação foi tão ou mais radicalizada e massificada quanto na USP em 2007, mas, dada a distância dos grandes centros e o baixo desenvolvimento demográfico, econômico e científico de Rondônia, o movimento pouco ecoou; no entanto, cabe notar que os estudantes da UNIR colocavam a questão mata-questão, isto é, aquela que dá todas as respostas sobre como reverter as reformas universitárias: uma greve geral nacional de estudantes, funcionários e professores, aliados aos setores mais explorados da sociedade, contra as reformas neoliberais do governo Lulla-FMI-SERRA, que governam para os banqueiros, latifundiários, multinacionais e industriais, contra a maior parte da população. Em ano de crise econômica, a assertiva torna-se mais e mais verdadeira e inescapável.

OS ATAQUES ÀS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

OS DECRETOS SERRA

Os Decretos SERRA estão envolvidos em um dos maiores fatos políticos ocorridos no Brasil nos últimos anos: a onda de ocupações estudantis que varreu o país no ano de 2007 contra as reformas universitárias, em um contexto internacional de luta contra a precarização da educação. Por Decretos SERRA deve-se entender uma série de atos administrativos tomados pelo então recém-eleito e empossado Governador, José SERRA, que iniciaram em seu primeiro dia no cargo e que se estenderam até o mês de março. Por meio deles, SERRA organizava burocraticamente as secretarias de estado, extinguindo uma, criando outras, distribuindo as atribuições de cada secretário e secretaria. Dentre estes decretos, alguns tinham profundas consequências para as três universidades públicas do estado, para o Centro Paula Souza (responsável pelas ETEC's), para as FATEC's e para a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São paulo). Como tem sido nosso hábito, analisemos primeiros o caráter técnico dos Decretos, para, após, extrairmos as consequências políticas.

Os Decretos transformavam a Secretaria de Turismo em Secretaria de Ensino Superior (SES), e transferiam para esta todas as funções, direitos, obrigações relativas ao Ensino Superior. Enquanto estrutura básica da pasta, ou seja, enquanto entidades sobre os quais a SES teria de debruçar-se, transferiu-se da Secretária de Educação para a SES, a USP, a UNICAMP, a UNESP, a FAMEMA (Faculdade de Medicina de Marília), a FAMERP (Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto), a Fundação Memorial da América Latina e o CRUESP (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais do Estado de São Paulo). A SES teria como função propor, coordenar e implementar as políticas de estado para com o ensino superior, seja ele público e privado; além disso, suas ações deveriam estar voltadas para a ampliação do acesso ao ensino superior, ressaltando que tal deve dar-se por meio das atuais tecnologias; ampliar as atividades de pesquisa, com ênfase naquelas operacionais, isto é, que possam ser utilizadas mercadologicamente; aumentar o intercâmbio com instituições privadas e públicas; deveriam tornar-se prioritários o ensino profissional, sobretudo ligado às demandas do mercado, vinculando o desenvolvimento da pesquisa às demandas das empresas, isto é, tornando a pesquisa tecnológica prioridade das instituições de ensino superior. Os Decretos alteravam a composição do CRUESP, órgão que congrega os reitores das Três Públicas para unificar os interesses da burocracia acadêmica diante do governo do estado, incluindo nele três Secretários (da Educação, do Desenvolvimento e do Ensino Superior), e tornando o Secretário do Ensino Superior presidente permanente do CRUESP. As contas da universidade foram incluídas, pelos Decretos, no SIAFEM — Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios, sistema de controle público dos gastos da máquina estatal. SERRA vedava por tempo indeterminado a contratação de funcionários nas instituições públicas, inclusive as universidades. Por último SERRA transferia para a Secretaria de Desenvolvimento a FAPESP e o CEETEPS (Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”).

Vamos dizer o que tudo isto significa em português não-burocrático: por meio dos Decretos, SERRA tornava as três universidades públicas do estado um “apêndice da FIESP”, pois as universidades públicas deveriam privilegiar a pesquisa para as empresas ao invés da ciência básica; é isto que quer dizer “privilégio da pesquisa operacional sobre a pesquisa básica”, nomes bonitinhos para dizer que a universidade deveria pesquisar para as empresas visando aumentar os lucros dos industriais capitalistas do estado, ao invés de formar “cientistas integrais”, conhecedores e pesquisadores dos fundamentos da ciência; as intenções eram (e são) claras: financiar, com verba pública, o desenvolvimento tecnológico de empresas privadas, visando aumentar-lhes o lucro; em vez de pesquisar os problemas da população, caberia à universidade pesquisar os problemas das empresas. Além, a gestão financeira das universidades dependeria do Governo do Estado, que as monitoraria por meio do sistema estadual de controle das contas, o SIAFEM. O Secretário de Ensino Superior seria um super-reitor das três universidades, cabendo-lhe “coordenar e organizar” o ensino superior do estado, quer dizer, enquadrar as universidades dentro dos planos do governador SERRA. A FATEC, Faculdade de Tecnologia, que antes era responsabilidade simultânea das Secretarias de Educação e da Secretaria de

Desenvolvimento (além de seu vínculo com a UNESP) passaria a ser de responsabilidade exclusiva da Secretária de Desenvolvimento, assim como a FAPESP e o CEETEPS; quer dizer, pesquisa e educação voltadas para a formação de mão-de-obra especializada; neste último, o caso é menos grave, pois esta é exatamente a função da educação tecnológica, ao passo que, no que toca à FAPESP, é caso gravíssimo: significa que qualquer pesquisa não-tecnológica, como aquelas das ciências humanas, enfrentariam sérias dificuldades de financiamento público. Portanto, em linhas gerais, SERRA retirava a autonomia didático-financeira pedagógica das universidades públicas, desmontando a base da universidade brasileira que segue o modelo francês de ensino-pesquisa-extensão, para torná-la mais próxima do modelo estadunidense das escolas de ensino superior técnico. Os ataques eram tão graves que mesmo a burocracia acadêmica, sempre laica e subserviente aos diferentes governos, achou demasiado. Os reitores foram a público reclamar do ataque à autonomia universitária, os professores mais reacionários se posicionaram contra os Decretos; na UNESP-Marília, até mesmo o ex-diretor quase-falecido Tullo chegou a pedir aos estudantes que reagissem, com greves e ocupações. Diante de tanta pressão, SERRA fez seu primeiro recuo: garantiu aos reitores, por meios de ofícios, que a autonomia financeira não estava anulada. Os reitores se contentaram; os estudantes, funcionários e professores não. Já em março a reitoria da UNICAMP foi ocupada, mas, dado uma série de problemas, a ocupação durou poucos dias.

No dia 3 de maio de 2007, os estudantes da USP tinham uma reunião marcada com a reitora da USP, Suely Vilela, assim de discutir os Decretos; a reitora não apareceu e tampouco seu vice-reitor, Franco Maria Lajolo. Os estudantes se dirigiram, então, até a reitoria, afim de conversar com a reitora e ficaram sabendo que ela havia viajado para a Espanha. Indignados com o descaso, eles adentram e ocuparam o prédio da reitoria da USP, num movimento que durou cinquenta e um dias! Além de pautas específicas, exigiam o posicionamento público da reitora sobre os Decretos (a únicas dentre os três reitores que não havia se posicionado publicamente) bem como sua revogação. Foi o início do movimento de ocupações: no dia 13 de maio, a UNESP campus Marília ocupou sua diretoria, data que marca o extravasamento do movimento para fora da USP. Logo, mais de 12 UNESP's estavam ocupadas, além da USP São Carlos, e da Diretoria Acadêmica da UNICAMP. Isto no estado de São Paulo, pois por todo o país mais de 50 universidades ocuparam suas respectivas reitorias, diretorias e prédios de aula, desde universidades públicas até privadas, desde universidades federais até estaduais e municipais. Além disso, havia as universidades que não ocupavam mas mantinham-se em uma mobilizada greve. De fato, falava-se em “um novo movimento estudantil”, que se dava por fora das entidades estudantis supra-universitária como a UEE e a UNE, que não somente se negavam, e negam, a construir a luta, como se colocavam, como foi o caso do DCE da USP, controlado na época pela belíssima aliança PCdoB-PT-PMDB-DEM, ao lado da reitoria, contra os estudantes!!! Além das ocupações, grandes mobilizações tinham lugar em São Paulo: mobilizações na ALESP, na Av. Paulista, na Cidade Universitária em *Campinas*, na Cidade Universitária em São Paulo, na Secretaria de Ensino Superior

A Ocupação da USP foi o epicentro nervoso do movimento: realizou-se um encontro estadual de estudantes, um encontro nacional, diversas plenárias. As moções nacionais e internacionais de apoio ao movimento chegavam aos montes. A Ocupação da USP tinham além, disso, uma forte produção cultural, de vídeos, textos, palestras, discussões, encontros, etc. Por quase dois meses, a USP tornou-se uma das referências para as lutas combativas, anti-neoliberais em todo o estado e país. A pressão sob o Governo de SERRA era muita, tanto de um quanto de outro lado; a burocracia universitária pressionava pelo uso da Tropa de Choque contra a Ocupação; de fato, a reitoria da USP conseguiu uma reintegração de posse e a polícia, quase que diariamente, sobrevoava com seus helicópteros a Ocupação, chegando mesmo a levar diversos ônibus, lotados de soldados do choque prontos para surrar, até o campus da USP, em uma clara tentativa de intimidação psicológica dos Ocupantes, espécie de terrorismo de estado — mas os ocupantes, conforme decidido em assembléia, resistiriam a desocupação, alguns, “pacificamente”, outros armados com paus, pedras, molotovs e rojões.

O auge do movimento foi uma passeata que ficou conhecida como “Manifestação da Avenida Morumbi”, dia trinta e um de maio de 2007, aonde mais de 15 mil manifestantes se juntaram exigindo o “fim imediato dos Decretos, pela autonomia universitária”, e rumando ao Palácio dos Bandeirantes. Como tática política, SERRA mobilizou um enorme contingente policial, e manteve os manifestantes afastados da Sede do Governo, causando um enorme congestionamento de carros e ônibus, em patente tentativa de lançar a opinião pública contra o movimento. Apesar disto, diante da grandeza e determinação da mobilização, SERRA recuou, e, no dia 30 de maio, se valeu de um instrumento jurídico até então inédito na jurisprudência brasileira: os Decretos Declaratórios. Por meio destes, SERRA revogava, somente para as universidades, a proibição da contratação de funcionários e professores; revia a composição do CRUESP, voltando a presidência a ser prerrogativa de um dos três reitores; liberava os reitores para fazer as negociações salariais com seu quadro de professores e funcionários, e conceder aumentos se preciso for; reconhecia juridicamente a autonomia didático-financeira das universidades, desobrigando-as de privilegiar a pesquisa operacional e a educação técnica, e observando que qualquer política do governo do estado para a educação superior deve respeitar a autonomia das três públicas. No entanto, continuaram as universidades a integrar o SIAFEM e a Secretaria de Ensino Superior continuou a existir, completamente esvaziada, no entanto. O movimento levou a queda do então Secretário de Ensino Superior, o desprezível José Aristodemo Pinotti, ex-reitor da UNICAMP e cria da ditadura militar; o atual Secretário, e muito mais desprezível que Pinotti, é Carlos Vogt, um velho defensor da prostituição da coisa pública para as empresas, como bem revela seu passado de diretor do Instituto UNIEMP (Fórum Permanente das relações universidade-empresa); Vogt foi presidente da FAPESP, durante boa parte do anos dourados do tucanato neoliberal, sendo uma das correias da política privatista tucana para a educação. Vogt vê, nas tecnologias da informação, a utopia do século XXI, que, no entanto, e paradoxalmente, tem a peculiaridade de poderem ser e de serem reais; o acesso à informação tornará a

sociedade igualitária, vencerá os desníveis sociais e fará o reino dos céus no mundo da carne; é que Vogt só consegue pensar em medidas virtuais, não reais — já o demonstra a UNIVESP — que não alterem a materialidade da dominação; em outros termos, Vogt é mentiroso, falacioso, quer seja conscientemente, quer não. Além disso, a título de curiosidade histórica, Karl Vogt foi um famoso agente secreto do Imperador Napoleão III, que, infiltrado no meio dos movimentos populares, repassava informações e defendia as políticas do Império francês, embora colocando-se ao lado dos movimentos populares. Talvez seja tradição da família Vogt a subserviência aos poderosos e a seus interesses, defendendo uma coisa enquanto dizem defender outra, bem diferente e escusa.

Para os estudantes e funcionários das três públicas, os Decretos Declaratórios ainda eram pouco, e o movimento adentrou o mês de junho. No entanto, a ADUSP, Associação do Docentes da USP, logo abandonou a greve e deixou de apoiar a ocupação. As faculdades da USP foram retornando da greve, os *campi* da UNESP também, enquanto outros desocupavam. A tropa de choque invadiu, sob mando de SERRA e da Burocracia Universitária, a ocupação da Diretoria da UNESP de Araraquara. Nem mesmo a ocupação da Diretoria Acadêmica na UNICAMP, já no meio de junho, foi capaz de revigorar o movimento no estado de São Paulo. Esvaziada de apoio em outras universidades estaduais e sindicatos e enfrentando fortes rachas internos, especialmente entre as diversas correntes trotskistas, os estudantes anarquistas e aqueles ditos autonomistas, a ocupação da USP terminou com um acordo entre estudantes e reitoria, que garantiu algumas conquistas internas aos estudantes uspianos, como a construção de blocos de moradia nos *campi* de Ribeirão Preto e São Carlos.

A derrubada parcial dos Decretos não significou, de modo algum, uma mudança de rumos. SERRA é defensor de uma linha política, da qual os Decretos eram nada mais que mero instrumento executório. Assim, após a derrota, a SES dedicou-se a fazer um censo do ensino superior no estado. Pouco mais de um ano depois apresentou seu novo projeto precarizador da universidade pública: a UNIVESP, Universidade Virtual do Estado de São Paulo. A “utilização de meios tecnológicos atuais como forma de aumentar o acesso a educação superior” já estava contida nos Decretos de 1º de janeiro de 2007. SERRA somente desdobra dos Decretos os seus ataques atuais, que não pararão enquanto ele, seu partido, e, muito mais importante e relevante, o grupo social ao qual representa — a burguesia industrial, a burguesia financeira, os latifundiários, as multinacionais — ditarem as políticas educacionais de acordo com seus interesses. Por isso, a mobilização deve ser constante, pois, cada segundo em que deixamos as palpébras baixarem, a cada momento em que os braços quedam em descanso, um novo ataque é tramado, os antigos aprofundam-se e lançam raízes, que, quanto mais velhas, mais resistentes, fortes, e indistinguíveis tornam-se.

A UNIVESP— UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO E O ENSINO À DISTÂNCIA

Já indicamos que o projeto geral do Governo do Estado não morreu com os Decretos SERRA: no segundo semestre de 2007, começaram as notícias na mídia da

intenção manifestada pelo Governo em criar uma nova Universidade Pública: a Universidade Virtual do Estado de São Paulo, UNIVESP. A ligação entre os Decretos SERRA e a UNIVESP é clara: ao passo que os Decretos sobretudo legislavam sob o modo de funcionamento da universidade, a UNIVESP colocará esse modo proposto em prática. Eis que no primeiro semestre de 2008 houve a tentativa de criar a UNIVESP: 5.000 vagas de Pedagogia EaD (Ensino à Distância) que seriam oferecidas já em agosto de 2008 pela UNESP; como houve alguma resistência, Secretaria de Ensino Superior, a Reitoria e SERRA recuaram, mas não desistiram: em dezembro do referido ano, o C.O. aprovou a oferecimento do curso. Esse projeto foi proposto, dentro da UNESP, pela PROGRAD (Pró-Reitoria de Graduação). De acordo com a legislação unespiana três órgãos da universidade deveriam aprová-lo: Câmara Central de Graduação (CCG), Comissão de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e, por fim, Conselho Universitário (CO). O projeto entrou em pauta, para ser ou não aprovado (sem nenhuma discussão, portanto) na CCG na última semana de maio; lá, uma professora da UNESP-Marília, Ana Paula Cordeiro, pediu vistas ao processo, isto é, a interrupção temporária da tramitação do projeto para uma avaliação detalhada. Dia 3 de junho, o projeto voltou a pauta: todos os membros da CCG o aprovaram, com a exceção da prof^a Ana Paula. Conforme já dito, o projeto foi aprovado pelo C.O. em dezembro de 2008. O projeto era quase segredo de guerra: não foi discutido nos departamentos ou conselhos de curso, não houve assembléias estudantis para aprová-lo; simplesmente, em uma canetada, a UNESP, o Governo do Estado e a Secretaria de Ensino Superior passaram a oferecer 5.000 vagas de Pedagogia. Portanto, de modo extremamente autoritário, privilegiando não a discussão aberta de idéias, como seria de se esperar em uma universidade, mas as picuinhas, os acordos eleitoreiros e as reuniões às portas fechadas.

Analisemos o aspecto técnico da UNIVESP. Embora o nome, a UNIVESP não é um universidade, trata-se de um programa da Secretaria de Ensino Superior, quer dizer, do Governo do Estado. A UNIVESP é virtual de fato: nenhuma sala de aula será construída, nenhum professor contratado, nenhum livro comprado; as aulas presenciais serão ministradas em instalações já existentes (UNESP, FATEC, UNICAMP, ou oferecidas pelas prefeituras). Por meio de convênios com a USP, UNESP, UNICAMP, Centro Paulo Souza (ETECS), FUNDAP (Fundação de Desenvolvimento Administrativo), Fundação Padre Anchieta (TV Cultura) e FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São paulo), a Secretaria de Ensino Superior oferecerá cursos semi-presenciais (60% do curso à distância, 40% presencial), com duração de três anos e com diploma assinado pelas universidades públicas do estado. Serão 70 cidades-pólo no estado que oferecerão o curso, e que foram escolhidas de acordo com os dados do IBGE; a seleção dos(as) futuros(as) estudantes será realizada por meio de um vestibular, aplicado pela VUNESP. As universidades públicas fornecerão os professores que ganharão por aula dada.

Além disso, a UNIVESP não possuirá funcionários, plano pedagógico ou autonomia; ela é, sob todos os aspectos, um apêndice da Secretaria de Ensino Superior (portanto do Governo do Estado), que a define e conforma. Há um Conselho Diretivo da UNIVESP, presidido pela Secretário de Ensino Superior e composto, de outro lado, por

representantes das outras instituições-parceiras do Programa; cabe a este comitê tanto aprovar cursos propostos quanto propor novos cursos, além de garantir o aporte orçamentário dos cursos e formular seu enquadramento pedagógico. Em cada instituição-parceira há um Núcleo UNIVESP, isto é, um grupo que operacionaliza na instituição a UNIVESP, que propõe novos cursos, garantindo o andamento do programa no interior da moldura aprovada pelo Conselho Diretivo. Cada pólo do programa — os locais aonde se oferecerão as atividades presenciais — terá um monitor, espécie de zelador-cão-de-guarda do pólo e das diretrizes da UNIVESP, e cada turma de cada curso terá um tutor, responsável pela observância das atividades entre os alunos, sendo que os professores serão supervisores dos tutores. Na prática, cada tutor de cada sala de aula, com cinquenta estudantes, fica responsável por anotar questões e rodar os vídeos nos quais os professores exporão os conteúdos; portanto, esta é a parte presencial do curso: ver televisão em grupo!!! Na parte não-presencial, os estudantes verão vídeos em casa mesmo, mais à vontade, e terão acesso a materiais digitais, disponíveis nos chamados Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), disponibilizados e garantido por meio da TIDIA-AE (Tecnologia de Desenvolvimento da Internet Avançada – Aprendizagem Eletrônica), programa financiado pela FAPESP; nos AVA serão oferecidos uma série de recursos como textos, artigos, vídeos, materiais didáticos, além da armazenagem de aulas e salas de bate-papo entre alunos, professores e tutores, biblioteca virtual e um tipo de Serviço de Atendimento ao Cliente (pois a camarilha de SERRA vê os estudantes como clientes). A UNIVESP-TV será um canal aberto de televisão, com transmissão ininterrupta, garantida por meio da TV Cultura, e que repetirá a programação a cada oito horas; a UNIVESP-TV fecha a UNIVESP enquanto programa. Dado os objetivos, o programa conta com três módulos:

O primeiro, engloba a reciclagem de professores em atividade, o que pode ocorrer de dois modos; pois, de um lado, a UNIVESP visa atender a grande demanda de profissionais de educação que se formaram no CEFAM até 2005, e que terão a validade de seus diplomas expiradas em 2010, necessitando, assim de formação superior em pedagogia para continuarem exercendo suas atividades como educadores. Portanto trata-se de oferecer à distância o curso superior em Pedagogia e outro em Ciências, este sob a responsabilidade da USP, aquele da UNESP. Enquanto complemento à formação, o EaD é menos criticável, pois trata-se de adicionar conteúdos àqueles que já possuem os fundamentos, aqueles que, já graduados, receberão um revigorar na área de sua atuação. Em 2009, já serão oferecidas 6600 vagas, todas para licenciatura, sendo cinco mil do curso de pedagogia pela UNESP, 700 em biologia e 900 em ciências oferecidas pela USP.

No segundo módulo, o objetivo não é mais aperfeiçoamento e reciclagem, mas formação de licenciados, isto é de professores para o ensino fundamental e médio; assim, Pedagogia (pela UNESP), Matemática (USP), Biologia (USP), Física (USP), Química (USP) e Língua Portuguesa (USP) serão os primeiros cursos distanciados. Mas é só o começo, pois a burocracia pretende que outros cursos sejam distanciados, como Filosofia e Ciências Sociais, que tem o projeto de distância pronto ou em fase de acabamento. Estes cursos oferecem uma formação mais rápida do que aquela presencial;

quer dizer, em outros termos, que sem assistir aulas, se forma profissionais mais rapidamente do que ao assisti-las. Este curso proporcionará a estes profissionais, em três anos, o mesmo certificado dos estudantes presenciais, cujos cursos tem duração de quatro anos.

No terceiro módulo, trata-se de distanciar a pós-graduação. Por meio da UNIVESP serão oferecidos cursos de aperfeiçoamento profissional de nível superior à distância. Até o momento fala-se em um curso de Especialização em Docência do Ensino Fundamental e Médio (USP), outro de Especialização em Gestão Escolar (pela UNICAMP) e outro, ainda, de Gestão em Governo Eletrônico (pela FUNDAP).

Eis o aspecto técnico. Quanto ao aspecto político, a UNIVESP, como já dito, expressa e realiza os Decretos: SERRA troca seis, os Decretos, por meia dúzia, a UNIVESP, mantendo as mesmas intenções expressas, em um primeiro momento. Mas, ao contrário da paulada que foram os Decretos, a UNIVESP tem toda uma fundamentação teórica mais requintada. O Governo do Estado defende a UNIVESP como medida contra três problemas: contra a pobreza, pois a maior qualificação educacional aumenta o nível de renda das famílias; como meio de suprir a demanda por mão-de-obra qualificada no contexto da sociedade de informação e de desenvolvimento econômico do país, especialmente do Estado de São Paulo; e contra a falta crônica de professores para o ensino básico e médio nas escolas públicas estaduais.

Embora possa soar bonito aos leigos, esse projeto tem consequências e objetivos os mais nefastos. Dentre os cursos escolhidos para serem “distanciados”, Pedagogia, Filosofia e Ciências Sociais estão entre aqueles que mais fornecem elementos para o movimento estudantil; além disso, uma das faculdades mais mobilizadas e com um movimento estudantil dos mais combativos do país, a UNESP-campus Marília, oferece, dentre outros, justamente estes três cursos; SERRA pretende ver a reação dos estudantes de Marília, um pólo radicalizado de lutas, para medir qual será a reação nas demais universidades do estado. SERRA pretende, de todo modo, esvaziar os cursos presenciais para, por conseguinte, esvaziar o movimento estudantil, tradicional ponta-de-lança da esquerda combativa, visando abrir caminho para as reformas neoliberais que ainda guarda na manga.

Além disso, o objetivo declarado de SERRA é desmontar o tripé ensino-pesquisa-extensão, isto é, ele deseja, basicamente, universidades de dois tipos: os “centros de excelência”, aos quais caberão a parte “pesquisa-extensão” do tripé, sendo que “pesquisa” deve ser entendida como “inovação tecnológica para as indústrias e latifúndios do agronegócio”, e por “extensão” leia-se “aplicação dessas pesquisas na produção industrial e agropecuária”; do outro lado, o “ensino”, o que resta do tripé, será voltado tanto para formação de mão-de-obra para as indústrias e latifúndios, quanto para a formação em massa de professores do ensino médio e de profissionais que a burocracia de estado necessita, além dos cursos tradicionalmente preferidos pela elite, isto é, Medicina, Direito e Engenharias. A UNIVESP tem ainda, claras funções eleitoreiras, pois SERRA cobiça abertamente a presidência do país; em 2006 deixou seu

maior rival, Alckmin, herdeiro do finado Covas, queimar-se contra Lulla; em 2008, terminou por anulá-lo frente a seu novo mascote, o DEMO Kassab; agora, com estes programas massificadores de vagas nas universidades, visa fazer frente ao lullo-petismo e seus PROUNI's, REUNI's e FIES'es.

A UNIVESP é deplorável em todos os seus aspectos. Precariza a formação; precariza as relações entre professores e estudantes, numa espetacularização completa da educação; esvazia o movimento estudantil, que cumpriu e cumpre papel importante numa sociedade de sub-trabalho como a nossa; engana aqueles que nela adentram, pois dizem que oferecerão algo, que, de fato, não ocorrerá. Como os cursos presenciais não serão extintos, pelo menos por hora, ocorrerá uma divisão entre profissionais distanciados e profissionais presenciais; ora, sendo um dos objetivos a formação de professores para o ensino médio, de fato, ocorrerá uma precarização ainda maior da educação pública; os profissionais presenciais serão contratados pelas escolas particulares para dar aulas aos ricos; aqueles distanciados, serão educadores dos pobres, dos filhos dos trabalhadores, da maior parte da população. Ao menos é o que tudo indica, mas pode ser, que, de fato isto não ocorra: é que já circulam boatos sobre a distanciação do próprio ensino médio e fundamental públicos; como um TELECURSO 2000, só que para crianças.

Aqueles professores universitários que gravarem aulas para a distanciação receberão altos salários, e, por isto, muitos o apoiam visando este aspecto financeiro; outros, ainda, apoiam o projeto por com ele concordarem política e pedagogicamente. Obliterados pelo azul das notas de cem, não percebem que estão a cair em uma armadilha, que levará, cedo ou tarde, a uma distanciação geral do ensino e diminuição dos efetivos de professor: um vídeo pode durar para sempre; não há necessidade de, todo ano, o professor voltar a dizer os conteúdos que disse no ano anterior: já está gravado. Do mesmo modo, aqueles estudantes que, por alguma vã ilusão, defendem a UNIVESP também não percebem as consequências; se estiverem em cursos de licenciatura, a longo prazo, pode ocorrer mesmo a extinção daqueles presenciais; senão, também seus filhos, ou netos, terão aulas distanciadas. A UNIVESP é tão ou mais grave que os Decretos; aliás, quem garante que todos os cursos não serão distanciados em benefício do corte de gastos e da economia do dinheiro público para pagar juros a banqueiros ou, mesmo, doar-lhes o dinheiro diretamente, sem pestanejar, como faz, hoje, Bush, Lulla, Brown, Sarkozy, etc.? SERRA confirma sua vocação como exterminador do futuro com este gravíssimo ataque a educação, aos educandos e aos educadores, que nem mesmo o linha-dura Alckimin ou o papa do neoliberalismo na educação ex-ministro de FHC Paulo Renato ousaram fazer. A reação estudantil foi, até agora, tímida, restrita, sobretudo, à UNESP-Marília, e ainda assim, não suficiente: muitos cartazes, algumas assembleias medianamente cheias, uma assembleia lotada, um dia de paralisação. É pouco: para barrar este ataque os estudantes devem responder como responderam aos Decretos: uma greve ampla, forte, um movimento de ocupações vigoroso e gigantescas e combativas manifestações de rua. Cumpre, no entanto, que se supere os problemas daquele movimento, como a falta de coordenação e o isolamento dos demais setores combativos dos trabalhadores.

PDI — PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI, é uma proposta de planificação decenal para a UNESP. Seu objetivo é, de acordo com o ex-vice e atual reitor da UNESP, Herman Jacobus Cornelis Voorwald, colocar a UNESP entre as 150 melhores universidades do mundo até o fim de sua vigência, dez anos, portanto. O PDI foi proposto por uma comissão de professores e funcionários constituída pelo C.O. com esse fim específico e presidida por Herman. Assim, no primeiro semestre de 2008, foi elaborada a primeira versão do PDI. A Reitoria queria aprová-lo o mais rápido possível, seja porque o ex-reitor Macari queria ter “a honra curricular” de tê-lo implantado, seja porque Herman era então candidato à reitoria e o PDI seria como que sua proposta eleitoral e plano de reitorado. Mas a própria base político-burocrática da dupla Macari-Herman mostrou-se recalcitrante à aprovação tão rápida de um documento que visa não só reorganizar a universidade, mas dizer de suas ações para os próximos dez anos. Então, houve o que burocracia chamou de “discussão democrática” do PDI: ele foi encaminhado às unidades que tiveram alguns poucos dias para discutí-lo; mas, de todo modo, haveria, de um lado, uma “comissão de sistematização das propostas”, de outro, estas seriam votadas tanto por um Fórum de representantes em Águas de Lindóia quanto pelas Congregações no *campi* e — como garantia derradeira — o C.O. votaria-o por último, na mesma proporção da composição dos órgãos colegiados, ou seja, os professores teriam setenta por cento dos votos, os estudantes e os funcionários quinze por cento cada setor. Na verdade, a discussão do PDI foi extremamente esvaziada e tão democrática quanto o governo Médici; para sermos exatos, podemos dizer que tratou de passar de uma monarquia, quando a reitoria propôs a primeira versão, para uma aristocracia, quando toda a burocracia acadêmica dos *campi* reelaborou, muito por cima sem tocar no essencial, o documento. De todo modo, a votação do PDI foi protelada para o ano de 2009, muito embora seja apenas para fins de marketing e estratégia política. De fato, a discussão nas unidades não mudou muita coisa no PDI, apenas velou mais suas intenções e fez com que toda a burocracia acadêmica participasse de sua constituição, ou seja, Herman tem a certeza de que o aprovará a qualquer momento, pois toda sua base política nas unidades participou da confecção do documento.

O PDI postula uma série de princípios e ações, que devem servir de pauta para as decisões e a alocação orçamentária da universidade enquanto durar sua vigência. Embora as diretrizes e os meios do PDI sejam um claro ataque à universidade, ela conta com alguns avanços. Mas não podemos ser inocentes. O PDI, por hora, é somente um pedaço de papel; não há nada que assegure seu cumprimento. A burocracia acadêmica, visando aprová-lo com menos solavancos e com menor oposição, abriu mão ou deixou incluir uma ou outra coisa no PDI. Mas, na hora de realizar o prometido, de fazer valer o escrito, de cumprir com sua parte no acordo, de destinar as verbas para aquilo que deveria, a burocracia trai, e então, sem máscaras, ficam claros os interesses e as jogadas políticas: então é a hora da polícia agir, da política dos cacetetes. Não será a primeira vez, tampouco a última, que a burocracia promete algo no calor dos acontecimentos, e depois como que se “esquece”; já houveram casos até mesmo de votações de

“mentirinha”, somente para que a burocracia pudesse ver-se livre de um problema; depois ela volta atrás. Não devemos ser ingênuos, portanto.

Além disso, três eixos fundamentais no PDI, que não se alteraram em suas tantas versões, são a peróla que a burocracia buscava ratificar: a abertura “oficial” ao mercado, a flexibilização da estrutura acadêmica-administrativa e a abertura às tecnologias da informação como meios de formação acadêmica (o ensino à distância) e de gestão administrativa. Por trás desses eixos, interesses econômicos e políticos. As empresas tem cada vez mais que diminuir seus custos de produção e operação, para poderem tornar seus produtos e serviços mais competitivos no rígido mercado mundial monopolista ou no mercado interno brasileiro, onde competem com mercadorias e serviços nacionais e estrangeiros. Isto implica, por um lado, no aumento de sua produtividade (quer dizer, produzir mais a custos sempre menores), na inovação tecnológica, na necessidade de mão-de-obra mais capacitada e mais barata — flexibilização do regime e das leis trabalhistas; mais simples e diretamente, cortar gastos e aumentar os lucros. Assim, as empresas tem imperativos dúbios na ação; pois, enquanto devem investir em pesquisa para tornar-se mais produtivas, este investimento é caro e seu retorno nem sempre é garantido. O aumento na produtividade está rigidamente ligado a inovação tecnológica e ao aumento da exploração dos trabalhadores, pois estes terminam por produzir mais (gerar mais lucro aos patrões) pelo mesmo salário. Além disso, há uma grande pressão das patronais (que só tende a aumentar em tempos de crise) para a desregulamentação das leis trabalhistas em favor de contratos coletivos específicos; mas, com um mercado de trabalho cada vez mais monstruoso e sombrio, sem a proteção das leis, isto implicaria em salários menores, menos direitos e mais horas de trabalho para os trabalhadores. Os empresários, os industriais e os latifundiários, malgrado defenderem a não-intervenção do estado na economia, vão buscar auxílio neste, para poderem financiar, com verba pública, sua produção e a capacitação de trabalhadores; é aquele velho mote: “socializar os custos e privatizar os lucros” que guia o capitalismo. O PDI é a mais clara expressão do imperativo econômico para a universidade: coloca a universidade para pesquisar para as empresas, na busca de “fontes de financiamento”; e a põe numa situação de formadora de mão-de-obra qualificada, ainda que o PDI diga garantir a formação mais sólida, a “pesquisa básica”.

O sinteresses políticos envolvidos também são claros. São Paulo é governado pelo PSDB vão lá quinze anos. Os serviços públicos, especialmente a educação, pagam caro pelas políticas neoliberais tucanas, pois viram sua qualidade cair de modo vertiginoso, até chegar ao ponto de São Paulo, sendo o estado mais rico da Federação e contando com uma das maiores concentrações e produções industriais do mundo (que superam quarenta e sete de cinquenta estados norte-americanos!), ter o segundo pior ensino médio público do país, atrás de estado paupérrimos, agrícolas e, em alguns casos, semifeudais, como o Piauí ou Acre. Ainda que tenham destruído os serviços públicos estaduais, os governantes tucanos — representantes dos interesses dos industriais paulistas, dos industrio-latifundiários, da burguesia financeira nacional e internacional além das sempre presentes multinacionais — são blindados pelas diferentes mídias,

sejam elas televisivas, sejam impressas, radiofônicas ou virtuais — é que os donos das mídias são, eles mesmos, representantes dos interesses dos industriais paulistas, dos indústrios-latifundiários, dos somente latifundiários, da burguesia financeira nacional e internacional, e, claro, das multinacionais. O objetivo dos tucanos é voltar a governar o país e continuar o projeto neoliberal de FHC, interrompido muito raramente em alguns pontos, aprofundado em muitos outros e mantido no essencial pelo governo pseudo-esquerdista de Lulla; além disso, a elite econômica de São Paulo é terrivelmente preconceituosa, sendo para ela inaceitável que o presidente do país seja um “de baixo”, um retirante nordestino, ex-sindicalista; tanto é que em 2007 a elite paulista organizou aquele movimento dos ricos, o “Cansei”, uma tentativa de repetir o golpe de 64, que teve na Marcha pela Liberdade, com Deus e a Família, uma de suas pré-expressões, como que um aval. Os ricos desprezam Lulla, ainda que as políticas do petista tenham feito a festa dos mais ricos e ele tenha sido o melhor presidente que o Brasil já teve para os industriais, os financistas, os capitalistas imperialistas mundiais, os latifundiários: Lulla chegou a chamar os usineiros — muitos acusados de manter trabalhadores em estado de escravidão! — de “heróis nacionais”. Os tucanos buscam, portanto, mostrar o que podem fazer visando uma aliança da burguesia brasileira em torno de seu projeto; os tucanos buscam fazer com que o Palácio do Planalto torne-se integralmente, mais uma vez, anexo da CIESP, da FIESP, da FEBRABAN e da UDR, e não só cinco quartos dele, como no governo transformista de Lulla. De outro lado, com o aumento de vagas nas universidades por meio do Ensino à Distância, o tucanato busca dar o troco político à Lulla; se o Governo Federal paga vagas em universidades particulares para estudantes de escola pública por meio do PROUNI, o Governo Estadual tem o Escola da Família, que faz a exata mesma coisa à nível estadual; se Lulla vai expandir as vagas nas universidades federais por meio do REUNI, SERRA elabora seus Decretos, a UNIVESP e o PDI. É que ambos, PT e PSDB buscam polarizar o país, visando as eleições de 2010; no fundo, no entanto, é o mesmo projeto político, uma mais linha dura e o outro que tenta mostrar-se mais light, uma espécie de capitalismo humano, obviamente, impossível. Trata-se de uma falsa dicotomia, de uma falsa escolha entre o seis ou ceis; ou de decidir entre quem tem os dentes mais belos, se o lobo ou o leão, ou a faca mais afiada, se o açougueiro SERRA ou o cozinheiro Lulla — como se as relações capitalistas fossem as únicas possíveis, como se não houvessem propostas, ações e meios diferentes de organizarmos a produção econômica e a estrutura social.

Analisemos os aspectos internos do PDI. O objetivo é uniformizar a UNESP no plano administrativo dada a estrutura *multicampi* da universidade; assim, por meio das metas e das planificações, a reitoria busca garantir a centralidade de seu poder sobre aqueles locais, dos diretores, das congregações e dos departamentos. Deste modo, postula-se uma série de eixos, de nortes técnico-políticos para a gestão da universidade. Aumentar o nível de titulação dos professores, garantir a reposição dos professores que se aposentam, aumentar as atividades de pesquisa. O PDI trata em diversos pontos de reestruturações: dos currículos, dos cursos, dos meios de formação, etc. O PDI divide-se em seis grandes áreas, onde, em cada uma, são propostos objetivos e ações para os

objetivos; as áreas são: graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão, planejamento, finanças e infraestrutura e gestão e valiação acadêmico-administrativa.

No que tange à graduação, o PDI conta com alguns avanços como, por exemplo, as propostas de integração de cursos diferentes, ou da graduação com a pós ou a busca por cursos noturnos, que possibilitam a presença de trabalhadores na universidade ou a busca pela inclusão de portadores de necessidades especiais ou com a colocação da permanência estudantil como tema institucional, sendo que esta questão sempre foi tratada com descaso e desprezo pela burocracia acadêmica.

No entanto, os poucos e ralos avanços vem atrelados a ataques cruéis contra a graduação. Talvez o mais forte seja o Ensino a Distância (EaD); o PDI vê o EaD como forma de resolver a demanda pelo aumento de vagas na universidade, com o menor aumento de gastos possível; de fato, o EaD pode possibilitar o acesso massivo à universidade, mas, resta-nos perguntar, a qual universidade? Será que alguém que assiste televisão por alguns anos está apto a dar aulas ou a pesquisar algo? Será que, sem a vivência universitária, o acesso a bibliotecas, ao contato direto com professores e demais estudantes, a eventos acadêmicos, etc, pode-se formar, de fato e com qualidade, um profissional; nestes termos, vale notar que os cursos que serão “distanciados” são aqueles ligados a licenciatura do ensino fundamental e médio, como Pedagogia, Ciências Sociais, Biologia ou Filosofia; estes profissionais distanciados terminarão por dar aula nas escolas públicas, para os filhos dos pobres, precarizando, graças a uma formação deficiente, ainda mais a educação pública e comprometendo a plena formação humanística e de qualidade de boa parte dos cidadãos brasileiros, tal qual postula a Constituição de 88. Conforme já indicamos, os políticos estão mais preocupados com números, que podem ser utilizados em campanhas eleitorais sem o menor questionamento ou tratamento profundo das questões. Também não podemos nos esquecer das pressões do lobby da indústria das telecomunicações, que é a maior e mais rentosa do mundo, e que lucrará uma fábula com o EaD; além do que, este ramo industrial necessita desesperadamente de uma expansão de mercado que garanta seus lucros estratosféricos, que tendem a cair no mundo inteiro dada a grave crise financeira mundial.

O EaD é a menina dos olhos do PDI, mas há outros pontos, que não deixam de ligar-se a ele, como a flexibilização da formação acadêmica, na chamada “formação intermediária”, que nada mais é que a busca por diminuir o tempo de formação, buscando gerar técnicos superiores, com carga horária diminuída e com um menor salário no mercado de trabalho; assim, dilui-se os cursos em grandes áreas que garantam uma formação mais geral e mais rápida; depois, especializa-se em uma área ou em outra; como que numa “tecnicização” da formação superior; devemos entender esta “formação intermediária” no contexto da diminuição dos custos do estado que tanto defendem os economistas e os políticos neoliberais. Outros pontos, como reestruturação de currículos, flexibilização da carga horária e valorização de cursos técnicos são como que decorrências naturais do EaD e da “formação intermediária”.

O PDI enxerga a pós-graduação, antes de qualquer coisa, como meio para captar recursos; como a pesquisa se concentra na pós, isto implicaria na universidade pesquisando sobretudo com vistas a obtenção de patentes, ou seja, de novas tecnologias, teorias ou produtos. Embora seja dito expressamente que não haverá prejuízo à pesquisa básica, uma análise mais detida mostra como é enganosa tal colocação; pois, se a pesquisa deve se focar na captação de recursos e na inovação tecnológica, ora, não terá privilégio aquela que pode render lucros, isto é, aquelas tecnologias, aqueles temas científicos e aqueles produtos os quais os capitalistas necessitam? Tanto deste modo se dá que PDI coloca enquanto ação o fomento à incubadoras de tecnologias, a versão high-tech das incubadoras de empresas, visando não outra coisa que uma coadunação das empresas com a universidade. Ou o oferecimento de cursos pagos como forma de captação de recursos, como, por exemplo, a direção da UNESP-Franca pretendia, no ano de 2005, cobrar pelo curso de pós-graduação em Direito, no que foi barrada pela ação conjunta dos três setores. Assim, mestrados profissionalizantes são citados como algo a estimular-se e a extensão universitária concebida como captora de recursos também. Visando o barateamento da formação, nem mesmo a pós-graduação e a extensão estão livres, de acordo com o PDI, do EaD, visto como meio de integração dos diversos programas de pós e da sociedade com a universidade; como a sociedade não é una, coisa homogênea, lisa e sem fragmentos, mas, ao contrário, acidentada, múltipla e belicosa, resta saber qual sociedade o PDI visa integrar por meio do EaD; ao que tudo indica, a sociedade comercial e industrial, não a periférica, não a mais pobre, exceto se for enquanto mão-de-obra barata ou funcionários da limpeza.

Tudo isto leva a uma precarização das condições de ensino e da formação acadêmica, no sentido de tornar a universidade um colégio técnico, numa dupla abertura: àquela as massas populacionais, lubriadas por seu diploma e pelo “nível superior”; e abertura ao mercado, que terá nas universidades seu colégio técnico e seu departamento de pesquisa. Rapinagem sobre a coisa pública, de todo modo e por todos os meios possíveis. Todos reduzidos a escravos dos capitalistas.

Na questão administrativa, o PDI visa transformar a universidade em uma empresa. As atividades deverão ter pesadas, em sua avaliação, a relação custo-desempenho; as tecnologias da informação deverão, nesse sentido, ser pensadas como meios de diminuição de custos; perguntamos: como medir essa relação em um curso de filosofia, de ciências sociais, de história, de artes? Os cursos que tiverem um déficit relacional serão fechados? O PDI, sem responder, responde a estas questões! Por outro lado, e mantendo a linha já exposta, fala-se em uma política de captação de recursos, tanto governamentais como extra-governamentais, isto é, empresariais; são formas atenuadas de privatização da universidade, pois são empresas assumindo papel do estado, regulado, garantido e imposto por leis; é papel do estado custear a educação, que deve ser pública. São esboçadas perspectivas de desburocratização da universidade, o que não é ruim em si, mas, como nada é em si, mas sempre socialmente, e dado o contexto, isto significa que haverá menor controle sobre quais parceiros a universidade elege, sobre contratos ou convênios; as fundações, por exemplo, que dominam boa parte das universidades públicas, e, no seu descontrole, se envolvem em fenomenais

processos de corrupção, como aquele da UnB, em 2008, quando o reitor comprava, por meio de uma fundação, lixeiras folheadas à ouro e saca-rolhas de mais de mil reais, tudo financiado com dinheiro que deveria ser destinado a pesquisa; é isto que significa, na prática, a desburocratização e a simplificação dos procedimentos acadêmicos — de modo algum quer dizer maior democracia na universidade, maior participação dos estudantes, dos funcionários e da comunidade, menor poder na mão da corrupta burocracia acadêmica; sem contar que as fundações são responsáveis pelos cursos privados que as universidades oferecem, pois, não sendo, juridicamente, instituições públicas, podem cobrar pelo usufruto do patrimônio público, seja a infraestrutura ou os professores que proferem os cursos. As fundações serão estimuladas, assim como as parcerias com outras instituições não governamentais. Além disso, quer o PDI uma reforma estrutural completa na universidade: redistribuição de funções dos órgãos colegiados, seja o C.O., as Congregações, os Departamentos ou os Conselhos de Curso; discutir aquilo que é chamado de “representação paritária”, que de fato não há, ou seja, o PDI quer acabar com o mínimo de participação do estudantes e dos funcionários nos processos decisórios e nas eleições de mentirinha que hoje existem.

Que a universidade necessita de mudanças poucos discordariam. O PDI é o projeto de mudança mais radical proposto pela burocracia universitária, em conluio deslavado com o Governo do Estado, nos últimos anos à UNESP. É a versão unespiana dos Decretos SERRA: pretende aprofundar a abertura da universidade ao mercado; pretende expandir suas vagas, sejam elas de graduação ou de pós-graduação, por meio do Ensino à Distância; pretende extinguir a estrutura departamental bem como o sistema de organização interna dos cursos em disciplinas.

A universidade como conhecemos surge no país com o objetivo de formar os filhos dos ricos, das elites, tendo em mente seu futuro: a gestão da sociedade e do estado, bem como dos negócios que lhes são próprios enquanto elite. Mas ocorre das coisas não serem estáticas; o capitalismo e a sociedade se alteram, e com a universidade não poderia ser diferente. Quase cem anos após a criação da universidade-padrão do país, a USP, os políticos e os capitalistas passam a exigir outras coisas da universidade: mudança de rumos, reestruturação burocrática, revisão de meios, de fins e de inícios. A universidade deve abandonar sua antiga função de formadora da elite para se voltar à massa pobre ou empobrecida; ela, agora, deve formar mão-de-obra especializada e barata. Os Decretos SERRA, o PDI, a UNIVESP, a expansão de vagas etc., são todas expressões deste apelo, deste chamado irresistível à universidade. Tal mudança não se opera do dia para noite, mas é processual, aos poucos, grão por grão. Se o movimento estudantil historicamente se coloca contra a universidade elitista do passado e presente, também nega a universidade “colégio técnico” do futuro; não é esse tipo de abertura que defendemos; não é uma abertura ao mercado, mas abertura a massa populacional do país, aos seus problemas, aos seus anseios e as suas expectativas; não abertura à especulação, mas abertura da gestão da universidade — hoje controlada por meia dúzia de altos burocratas acadêmicos; é pela via da paridade (isto é, igualdade entre professores, funcionários e estudantes) ou da proporcionalidade (isto é, cada setor representado de acordo com o seu tamanho) nos órgãos colegiados, que decidem como

as coisas são na universidade. Portanto, o movimento estudantil não é reacionário, como querem alguns professores paulistanos com o pé na tumba; ao contrário, é a burocracia acadêmica a reacionária da história, pois as mudanças que defendem são ouro-de-tolo, mudança leviana, rearranjo de superfície; nós, estudantes, defendemos uma mudança de fato, de raiz, radical, mudança de estrutura: transformação da gestão (paridade ou proporcionalidade), mudança de composição da universidade pública, mudança de meios e fins de pesquisa; não aprofundamento e generalização de uma lógica e de práticas já dadas.

De toda a forma, há, no PDI, uma forte vontade de descaracterizar a UNESP enquanto universidade pública, se entendermos com isso que seus esforços sejam voltados não para o lucro de algumas empresas PRIVADAS, mas que, ao contrário, a universidade debruce-se sobre questões de interesse da maior parte da população, que, muito curiosamente, mantêm as universidades PÚBLICAS. No entanto, como falta a todos os políticos do país a coragem para privatizar as universidades (medida extremamente impopular) para que estas gerem lucros a alguns empresários da educação, eles fazem com que elas gerem lucros sem, necessariamente privatizá-las, mas privatizando suas linhas de pesquisa, seus currículos acadêmicos, seu modo de ação, sua concepção, sua gestão, etc.: é exatamente isto que faz o PDI, bem como todas as reformas universitárias. Quando se diz que a universidade pública é democrática, devemos entender neste sentido: em vez de um ou dois empresários lucrarem com uma única UNESP S.A., todos os grandes empresários e latifundiários lucram, democraticamente, com a UNESP pública, financiada com dinheiro público, que pesquisa inovação tecnológica para as empresas, que forma os funcionários os quais elas necessitam, que oferece suas estruturas para que elas pesquisem, que diz como elas podem gerir-se melhor, como podem dominar melhor os trabalhadores, como extrair-lhes lucro com maior rentosidade e menor custo político, etc... Enquanto milhares de pessoas morrem em decorrência de doenças tropicais como a dengue e a malária, a UNESP de Jaboticabal pesquisava o “peitão de frango” para a PERDIGÃO, pesquisa dirigida pelo ex-reitor da universidade, Marcos Macari, especialista em criação de aves agroindustrialmente; enquanto milhares dormem ao relento ou pagam altas quantias por um aluguel, a UNESP, ao invés de pesquisar meios para o barateamento de materiais de construção, se dedica na busca de pesticidas contra uma praga (*Xylela fastidiosa*) que ataca os laranjais paulistas, ligados, não por acaso, a uma das maiores multinacionais do país, a CUTRALE S.A., a PETROBRÁS do suco de laranja, responsável por oito de cada dez copos de suco de laranja consumidos no mundo; enquanto as enchentes são problema crônico da população brasileira mais pobre, a UNESP integra o projeto “genoma da cana-de-açúcar”, ao invés de encontrar meios de cessar essas tragédias sazonais; num país e mundo com problemas crônicos de fome, pesquisar pesticidas contra pragas em laranjais ou em meios de aumentar a produtividade de canaviais? Quem come laranja e chupa cana sacia-se, mantêm-se em pé? Gracejo sem a menor graça da elite e ironia da UNESP, universidade privada enquanto pública. São alguns exemplos de como a UNESP é pública somente no nome e na fonte de financiamento, pois a burocracia universitária, uma verdadeira camarilha, máfia encravada no seio do

estado, vampirando a coisa pública, a todo custo lucra por meio da verba pública da universidade. O PDI quer dar arcabouço legal a essa prostituição da coisa pública, cumprindo, àqueles que são contra esse modo velado de privatização, não outra coisa senão lutar com todas as forças contra a corrupta e lacaia burocracia acadêmica e, muitíssimo mais importante efetivo, contra as condições socio-econômicas que permitem essa burocracia.